



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulheres e Políticas da Cidade

## FEMINISMO: UM PROCESSO QUE SEGUE RESIGNIFICANDO, TRANSFORMANDO E EMPODERANDO MULHERES.

**Autora: Alberjane Maria Farias da Costa**

*Secretaria da Mulher da Prefeitura do Recife*

jannefarias@hotmail.com

**Resumo:** O referido trabalho tem como objetivo fomentar o empoderamento das mulheres, através de vivências, histórias e experiências enfrentadas por outras mulheres que romperam o ciclo da violência em que estavam inseridas e encontraram nas bandeiras feministas uma razão para seguir e hoje são exemplos de que a violência contra mulher deve ser enfrentada a partir do recorte social de políticas que impulsionem essas mulheres a romperem a membrana do patriarcado que as envolve e tolhem suas vidas. A partir desse olhar, as mulheres em frentes que desenvolvem trabalhos em comunidades, escolas e em diversos grupos. Onde são abordados os temas pertinentes a igualdade de gênero, violências domésticas e de gênero, buscando acolher, compreender e entender cada processo e avanços para finalmente culminar na libertação do ciclo de violência tão alimentada pela misoginia e fortalecido pelo machismo. Desta forma, seguem resignificando as suas dores e as transformando em bandeiras de lutas das mulheres por uma sociedade justa e igualitária para todas e todos.  
Palavras Chaves: feministas, patriarcado, machismo, empoderamento

### **Introdução**

Este trabalho resulta na influencia direta do Projeto Mulheres da Paz, realizado no ano de 2009/2010. Onde se buscou analisar de forma contextual e na prática o progresso comportamental, social e acadêmico das mulheres participantes/oriundas do projeto realizado no estado de Pernambuco especificamente na cidade do Recife. Caracterizado por uma abertura na condição de inserção da sociedade civil na gestão da política pública, assim como a oferta, por parte da sociedade, do status de cidadania, o que por si já configura uma forma de reconhecimento de acordo com as segunda e

terceira esferas do reconhecimento, como descrito por Honneth (2003a).

A degradação e a ofensa são formas de desrespeito referentes à esfera da estima social, tirando do sujeito atingido toda a “possibilidade de se entender a si próprio como um ser estimado por suas propriedades e capacidades características” (HONNETH, 2003a, p. 218). A condição estabelecida pelas mais variadas formas do desrespeito na vida das Mulheres acarretando sofrimento atribuído ao preconceito principalmente caracterizado pelo processo étnico e social, associado às desigualdades de gênero que através da normatividade dada pela sociedade



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas

reforça o estereótipo de que a condição de ser mulher já as coloca desde cedo no espaço de inferioridade e, portanto qualquer comportamento contrário que venha a burlar a conduta social as transformando em subversivas e para tanto “merecedoras da violência sofrida”. Portanto, a precarização da cidadania é exatamente a existência de relações de desrespeito que impossibilitam a pessoa desenvolver autorrelações práticas positivas, refazendo a própria história e construindo resistência para transpor os ciclos de violência e enfrentar o machismo.

**O projeto Mulheres da Paz** era um programa a nível nacional, com qual tinha como objetivo capacitar lideranças femininas em comunidades dominadas pelo tráfico de drogas e pela violência para se aproximar de jovens em situação de vulnerabilidade (risco infracional ou criminal) e encaminhá-los aos programas sociais e educacionais do Pronasci. Em Pernambuco **O Projeto Mulheres da Paz**, A Secretaria Especial da Mulher, através do Instituto Ensinar de Desenvolvimento Social - IEDES no período de 29 de maio a 03 de junho de 2009 abriram inscrições para processo seletivo para as atividades de formação cidadã, relativas ao Projeto MULHERES DA PAZ, parte integrante do Programa Nacional de Segurança Pública

com Cidadania (PRONASCI), do Ministério da Justiça, desenvolvido pela IEDES, mediante o contrato de prestação de serviços assinado com a Secretaria Especial da Mulher, através da secretária Cristina Maria Buarque – SECMULHER, do Governo do Estado de Pernambuco. Publicado em Diário Oficial, datado de 06/06/09

Secretaria Especial da Mulher, através do Instituto Ensinar de Desenvolvimento Social – IEDES, tornou público o Edital n. 01/2009 para a Seleção de preenchimento de 1.100 (mil e cem) vagas para as atividades de formação cidadã, referentes ao Projeto MULHERES DA PAZ, integrante do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.

Na época foram selecionados 11 bairros com altos índices de violência dos três municípios da região metropolitana do Recife (Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Recife). Com carga horária total da formação é de 290 horas, distribuídas entre os meses de agosto de 2009 a julho de 2010.

No ato da inscrição as mulheres além dos documentos de identificação, tinham que comprovar que residiam nos territórios atendidos pelo programa/PRONASCI por pelo menos dois anos; idade superior a 18 anos, declaração familiar de renda de até dois salários mínimos.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

O processo seletivo foi composto por 04 fases distribuídas da seguinte forma:

I Fase: Inscrição e entrevista – 29/05 a 03/06/2009

II Fase: Aplicação de Prova de Português 06 a 07/06/2009

III Fase: Aplicação da dinâmica de grupo 13 a 14/06/2009

IV Fase: Aplicação do Perfil Comportamental 20 a 21/06/2009

A divulgação do resultado ocorreu em 26 de junho de 2009

Foram oferecidas 1.100 vagas distribuídas da seguinte maneira:

<b>Município</b>	<b>Nome dos Bairros</b>	<b>Nº de mulheres selecionadas</b>
Jaboatão	Prazeres	140
Olinda	Peixinhos	90
	Rio Doce	120
	Águas	60
	Compridas	
Recife	Água Fria	120
	Campo Grande	90
	Imbiribeira	120
	Joana Bezerra	60
	Nova	90
	Descoberta	90
	Santo Amaro	

Total	11	1.100

Nos municípios foram selecionadas as seguintes escolas:

Jaboatão dos Guararapes:

- Córrego do Balaio: Escola Estadual Reunida Alto dos Guararapes;
- Rio das Velhas: Escola Municipal José Glicélio;
- Cajá: Escola Estadual Cláudio Agrício.

Olinda:

- Nascedouro de Peixinhos;
- Colégio Polivalente;
- Colégio Santo Inácio de Loyola.

Recife:

- Escola Alfredo Freire;
- Escola Gilberto Amado;
- Escola Rotary de Nova Descoberta;
- Escola Sizenando Silveira;
- Escola Fernandes Vieira;
- Escola São Francisco de Assis;
- Escola Joana Bezerra

A ação com teve duração de 12 meses, com 290 horas de atividades pedagógicas por turma, voltada para 1.100 mulheres, reunida



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

em 36 grupos, que integra a realização dos projetos Mulheres da Paz, financiado pelo Ministério da Justiça, Promotoras Legais Populares, desenvolvido com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Cidades Seguras, em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - Unifem e Cidadania Feminina, Trabalho e Renda, com a Caixa Econômica Federal.

Para as mulheres selecionadas foram ofertadas uma bolsa de formação no valor de R\$190,00 (cento e noventa reais), mensalmente, durante o período do projeto. Seguindo as instruções de frequência de pelo menos 80% dos encontros. As aulas ocorriam três vezes semana perfazendo uma carga horária de 12 horas semanais e 290 horas ao final do curso incluindo aulas teóricas, visitas/entrevistas de campo para o mapeamento de informações e ao final a elaboração de um Plano de Ação Interdisciplinar com proposta de intervenção os eixos apontados através das pesquisas de campo realizadas durante o período do curso. Os conteúdos programáticos foram divididos em 09 módulos com nas seguintes temáticas:

Módulo I – Violência doméstica e sexista contra as mulheres.

Módulo II – Relações de gênero: a vida de mulheres e homens.

Módulo III – Conversando sobre raça e etnia.

Módulo IV – Nenhuma Pernambucana sem documento.

Módulo V – Direitos e Políticas Públicas.

Módulo VI – Direito Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Módulo VII – De médica e louca todas nós temos um pouco.

Módulo VIII – Violência Urbana.

Módulo IX – Oficina de formação de rede.

De acordo com a conquista desse aporte teórico, partimos para a análise dos dados coletados em campo a fim de compreender as maneiras com que a linguagem da cidadania e do reconhecimento percorre o projeto Mulheres da Paz e transformam os discursos que envolvem as participantes, nas esferas escolhidas para atuarem com a capilaridade em realizar intervenções dentro do espaço da comunidade e suas dimensões.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas

A partir da necessidade de aprendizado dar-se início a reconstrução, onde, entra o papel fundamental do feminismo, com práticas de acolhimento, promoção de conhecimento e fomentação dos espaços de diálogo.

Com a perspectiva de empoderar grupos de mulheres através da formação em gênero e feminismo e violência doméstica, foram criados mecanismos e condições para que muitas mulheres de comunidade pudessem ter acesso ao desenvolvimento e participação em projetos que promovessem políticas de inclusão e conhecimento ao exercício dos seus direitos, a partir da revisão do que se pretendia com o projeto e diante das demandas trazidas por cada uma das participantes foi necessário alargar o debate, pois, para além da proposta inicial que seria o mapeamento de áreas de risco para jovens, as mulheres se perceberam no processo como agentes transformadores de suas próprias vidas. Ou seja, o intuito matricial do projeto era canalizar e institucionalizar a maternagem atribuindo as mulheres responsabilidade de conduzir o processo de transformação desses jovens. O que ocorreu durante o processo metodológico é que uma vez descoberto protagonismo feminino nasce à necessidade de revisão e de se reconectar com a realidade local.

A partir do momento que as participantes perceberam que cuidar da juventude era importante, porém, pela perspectiva da violência urbana e neste contexto específico a segurança deveria ser uma garantia do estado. Deu-se início a busca pela completude de serem empoderadas, e de serem reconhecidas como parte da engrenagem social que serve como pano de fundo para o desenrolar das diversas faces da violência, ou seja o nascedouro de boa parte das mazelas sociais são prolíficas nos comportamentos mantidos pelo patriarcado e promovido pelo machismo. Empoderamento, é um termo originado nos Estados Unidos, atribuído ao contexto dos movimentos dos direitos civis, sua utilização pelo feminismo iniciou em meados dos anos 70.

Segundo Friedmann (1996, p.8), empoderamento é todo o acréscimo de poder que, “induzido” ou “conquistado”, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentar a eficácia do seu exercício de cidadania. Desta forma, empoderar-se para as mulheres em situação de violência significa “ganhar poder” reforçando mecanismos para conquistas de mudanças e estabelecendo diretrizes para o rompimento das situações de violência por elas enfrentada. Nessa condição o empoderamento é um processo que tanto poder ser de “indução” ou de “conquista” e



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

que trazem na sua força agentes externos que proporcione seu crescimento e monitore seus avanços. Ainda segundo Friedmann (1996) existem três tipos de empoderamento relacionados a mulheres em situação de violência: o social, o político e o psicológico. Nas suas definições podemos descrever da seguinte maneira;

**Empoderamento social;** trata-se do acesso ao conhecimento a informação, à organização e mecanismos de luta sociais e recursos financeiros.

**O empoderamento político:** que toma como base a participação em decisões que dizem respeito ao coletivo que impactam diretamente no futuro dos indivíduos e não se restringe apenas a voto, mas também ao poder de fala e em outros aspectos fundamentais para a redescoberta do potencial. Analisando esses dois pontos é importante afirmar a importância da mulher em participar de espaços de decisão, pois as despertam para questões pessoais e comunitárias, elevando seu grau de pertencimento e conhecimento, pois possibilita a integração com outras mulheres.

**Empoderamento Psicológico:** traz como referencia aos indivíduos a possibilidade de tomada de decisões e o controle de suas vidas. Nesse contexto se trabalha os potenciais e descobertas pessoais, desenvolvendo a

autoconfiança, autoestima e autodesenvolvimento e a percepção em lidar com as mais diversas situações, pois desenvolve o pensamento crítico. Pode se pensar que o empoderamento psicológico é um dos fundamentos que promovem a ruptura da situação de violência .

Em análise ao projeto do ponto de vista da mensagem amplamente reforçada em atender o fortalecimento das mulheres participantes podemos destacar que durante o período de atuação as lideranças foram surgindo e ganhando corpo e como todo conhecimento adquirido é campo preservado de transformação o que assistimos hoje no cenário da cidade são mulheres ativas e combativas oriundas do Projeto Mulheres da Paz distribuídas em diversos campos de atuação.

### **Metodologia**

A partir da análise dos instrumentos legais que instituíram o Projeto Mulheres da Paz no âmbito nacional e em especial na cidade do Recife. Com base no mapeamento das áreas com maior potencial ofensivo de violência urbana, destacamos os desdobramentos do projeto e as necessidades apontadas para a readequação das temáticas e desenvolvimento de estratégias que permitiram a realização de uma profunda análise nas transformações, comportamentais ocorridas nas mulheres que



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

participaram do projeto e seguem transformando o universo social onde estão inseridas.

### **Resultados e discussão**

Como uma ação de segurança pública, o Projeto Mulheres da Paz, surgiu como uma proposta de institucionalização de movimentos sociais iniciados pelo ativismo de mulheres que fizeram da busca por justiça a bandeira de suas lutas, visando multiplicar essas experiências. No entanto, a política recebeu contornos característicos de acordo com o contexto sociocultural no qual foi implementada.

A partir dos relatos de experiência de vida de uma das participantes:

Eu era subjugada, sofria ameaças constantes, meu salário era comprometido com as contas e com as necessidades dele. [...]

Para quê estudar tanto? Te tirei da favela, tu acha que vai a algum lugar com um caderno e um lápis na mão?. [...]

A hipótese do fenômeno do desrespeito e da violência alterou a relação das mulheres e modificou sua ordem social e moral, a redescoberta da auto-estima o processo de renascimento que poderia ter se limitado apenas ao contexto do aprendizado.

Porém o desdobramento em se tornar parte de um conjunto de atividades profissionais que impactassem inclusive na vida de outras

mulheres gerou motivação para uma luta por reconhecimento.

As lutas por reconhecimento, segundo Honneth (2003b), são moralmente motivadas e moralmente justificadas, sendo o sentimento de injustiça o estopim para lutas pelo alargamento desses princípios, de forma que abrangem indivíduos ou grupos sociais antes desprovidos de tal reconhecimento.

Entretanto, podemos concluir que o contato com a violência validou uma forma de reação que promoveu mudanças significativas no universo comportamental de muitas mulheres. O fortalecimento de políticas de formação em gênero como parte de integrante da lei Maria da Penha e do empoderamento das mulheres são pontos de grande relevância, pois, as realidades que se integralizam, como parte da vulnerabilidade das mulheres podem estar vinculada/associada à sua história de vida pessoal, o conhecimento dos seus direitos e todo histórico social que as fez chegar a espaços de força feminista, fortalecem e trazem a luz que políticas com recortes em defesa das minorias podem e devem promover reviravoltas históricas e talvez nunca pretendidas.

No Brasil o combate a violência no âmbito doméstico ganhou corpo a partir dos movimentos feministas, principalmente nas décadas de 70 e 80 onde o país presenciou crimes atrozes cometidos por homens a



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

mulheres e sem as devidas punições e ainda “amparados” em mecanismos existentes no código penal que garantiam ao autor álibis em sua defesa.

As relações conjugais abusivas e violentas foram um dos maiores alvos da interferência do movimento de mulheres e a luta pela não violência que grassava com a necessidade de criação de leis mais rígidas.

### Conclusão

Em agosto de 2006 a **Lei 11.340** foi sancionada (Lei Maria da Penha) e em março 2015 entra em vigor a **Lei 13.104**, conhecida como a (Lei do Femicídio).

Com base nos princípios e aportes da lei foram criados no Brasil mecanismos de proteção e amparo legal e social a mulher vítima de violência, bem como, espaços que oportunizam tantas outras a estarem à frente atuando e contribuindo com um trabalho que procura reconhecer e valorizar as especificidades de cada mulher atendida pelos serviços.

Mulheres que se compreenderam, superaram a violência sofrida, reaprenderam a amar e se amar. Hoje, são reconhecedoras dos seus direitos e multiplicadoras de saberes. Sabem que uma sociedade justa e igualitária tem que dialogar permanentemente com todas as esferas sociais e todos os tecidos que compõem o fortalecimento da igualdade de gênero e o

combate à violência contra a mulher, na perspectiva de empoderar ainda mais mulheres e assim libertá-las do ciclo de abusos e violências em que estão submetidas.

### Referências Bibliográficas:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo>

Acesso em 12/11 às 21h.

<http://www.institutoensinar.org>

Acesso em 12/11 às 23h.

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/projeto-mulheres-da-paz-forma-agentes-sociais>

Acesso em 12/11 as 23h30

<http://www2.seplag.pe.gov.br>

em 13/11 as 12h45 Pagina 15

BRASIL, Ministério da Justiça. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, 2007. \_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 384, de 20 de agosto de 2007, que “Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, e dá outras providências”.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), alterado pela Lei nº 11.707, de 19 de junho de 2008.

Brasil – Ministério da Justiça. Pronasci: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento. São Paulo: Editora 34, 2003a.

Hirigoyen, M. *A violência no casal*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. O gênero da “Nova Cidadania”: o Programa Mulheres Da Paz. *Sociologia & Antropologia*, v. 1, n. 2, p. 147-164, 2011.

FRIEDMANN, John. Empowerment- uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras: Celta, 1996



## **XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulheres, Políticas da Ciência